



MINISTRO ADJUNTO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO

**ALVARÁ DE LICENÇA
PARA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS
Nº 11/2013/CCDR-ALENTEJO**

Nos termos do artigo 33º do Decreto-Lei nº 178/2006, de 5 de Setembro, é emitido o presente Alvará de Licença a/à:

GESAMB –Gestão Ambiental e de Resíduos, E.I.M.

Com residência/sede em: **Aterro sanitário, Estrada das Alcáçovas, 7000 Évora**

Detentor do NIF/NIPC: **506 346 773**

CAE: **38212 –Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos**

para a(s) seguinte(s) operação(ões) de gestão de resíduos:

- **ARMAZENAGEM E TRIAGEM DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (RCD)**

local: **Aterro sanitário, Estrada das Alcáçovas, 7000 Évora**

O presente alvará de licença é emitido em **procedimento geral de licenciamento, nos termos dos artigos 27.º a 31.º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro**, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho, é válido até **27 de Dezembro de 2018** ficando a realização da(s) operação(ões) de gestão de resíduos sujeita(s) ao cumprimento integral das especificações em anexo, as quais fazem parte integrante do presente alvará.

Évora, 27 de Dezembro de 2013.

Pago imposto de selo
no valor de 3 euros,
nos termos do ponto
2.5.1 da TGIS.

[Assinatura]
07/01/2014

O Vice-Presidente

Roberto Grilo
Roberto Grilo
Vice-Presidente
(em regime de substituição)



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

1. CLASSIFICAÇÃO DA(S) OPERAÇÃO(ÕES) OBJECTO DA LICENÇA NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 209/2004, DE 3 DE MARÇO, INCLUINDO NORMAS TÉCNICAS E O MÉTODO DE TRATAMENTO UTILIZÁVEL

- **R12** – “Troca de resíduos com vista a submetê-los a uma das operações enumeradas de R1 a R11 (inclui a operação de triagem)”
- **R13** – “Armazenamento de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R1 a R12 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde os resíduos foram produzidos)”
- **D15** – “Armazenamento antes de uma das operações enumeradas de D1 a D14 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde os resíduos foram produzidos)”

As operações de gestão de resíduos licenciadas consistem na triagem e armazenagem de resíduos de construção e demolição, provenientes nomeadamente dos Ecocentros do sistema da GESAMB e da recolha em contentores colocados nas obras.

Na zona coberta destinada à recepção do material, será efectuada uma triagem manual dos RCD não triados em obra, com o objectivo de remover alguns resíduos que venham misturados e que terão de ser retirados da fracção inerte antes da britagem.

A fracção inerte estará pronta para as operações seguintes de britagem e crivagem por instalação móvel alheia, devidamente licenciada.

Os resíduos inertes britados e crivados nas diferentes granulometrias serão armazenados a granel na zona da unidade destinada para o efeito.

2. TIPO E QUANTIDADE MÁXIMA DOS RESÍDUOS OBJECTO DA(S) OPERAÇÃO(ÕES) DE GESTÃO DE RESÍDUOS**- Resíduos geridos e respectivos códigos LER:**

Código LER	Descrição	Quantidades totais (ton/ano)	Código de Operação
17	Resíduos de construção e demolição (incluindo solos escavados de locais contaminados)		
17 01	Betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos		
17 01 01	Betão	27.000	R13
17 01 02	Tijolos		
17 01 03	Ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos		
17 01 06 ^(*)	Misturas ou fracções separadas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos contendo substâncias perigosas		D15
17 01 07	Misturas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos não abrangidos em 17 01 06		R13
17 02	Madeira, vidro e plástico		
17 02 01	Madeira	5.000	R13
17 02 02	Vidro		
17 02 03	Plástico		
17 02 04 ^(*)	Vidro, plástico e madeira contendo ou contaminados com substâncias perigosas		D15



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

17 03	Misturas betuminosas, alcatrão e produtos de alcatrão		
17 03 01 ^(*)	Misturas betuminosas contendo alcatrão	5.000	D15
17 03 02	Misturas betuminosas não abrangidas em 17 03 01		R13
17 03 03 ^(*)	Alcatrão e produtos de alcatrão		D15
17 05	Solos (incluindo solos escavados de locais contaminados), rochas e lamas de dragagem		
17 05 03 ^(*)	Solos e rochas contendo substâncias perigosas	10.000	D15
17 05 04	Solos e rochas não abrangidos em 17 05 03		R13
17 05 06	Lamas de dragagem não abrangidas em 17 05 05		R13
17 05 08	Balastros de linhas de caminho de ferro não abrangidos em 17 05 07		R13
17 06	Materiais de isolamento e materiais de construção contendo amianto		
17 06 01 ^(*)	Materiais de isolamento contendo amianto	1.000	D15
17 06 03 ^(*)	Outros materiais de isolamento contendo ou constituídos por substâncias perigosas		
17 06 04	Materiais de isolamento não abrangidos em 17 06 01 e 17 06 03		
17 06 05 ^(*)	Materiais de construção contendo amianto ⁽⁴⁾		
17 08	Materiais de construção à base de gesso		
17 08 01 ^(*)	Materiais de construção à base de gesso contaminados com substâncias perigosas	1.000	D15
17 08 02	Materiais de construção à base de gesso não abrangidos em 17 08 01		R13
17 09	Outros resíduos de construção e demolição		
17 09 01 ^(*)	Resíduos de construção e demolição contendo mercúrio	1.000	D15
17 09 02 ^(*)	Resíduos de construção e demolição contendo PCB (por exemplo, vedantes com PCB, revestimentos de piso à base de resinas com PCB, envidraçados vedados contendo PCB, condensadores com PCB)		
17 09 03 ^(*)	Outros resíduos de construção e demolição (incluindo misturas de resíduos) contendo substâncias perigosas		
17 09 04	Mistura de resíduos de construção e demolição não abrangidos em 17 09 01, 17 09 02 e 17 09 03		R12

(*) Resíduos perigosos

(4) Na medida em que esteja em causa a deposição de resíduos em aterros, fica adiada a entrada em vigor desta rubrica até à adopção de medidas adequadas de tratamento e eliminação de resíduos de materiais de construção contendo amianto. Estas medidas devem ser estabelecidas nos termos do artigo 17.º da Directiva n.º 1999/31/CE, do Conselho, de 26 de Abril, relativa à deposição de resíduos em aterro (Jornal Oficial, n.º L 182, de 16 de Julho de 1999, a p. 1).

- Capacidade instantânea de armazenagem:

Designação	Quantidade (t)	Acondicionamento	
		Tipo	Capacidade
Resíduos inertes	384	A granel	NA
Madeira	3	Contentor	30 m ³
Vidro	13,5	Contentor	30 m ³
Plásticos	3	Contentor	30 m ³

Especificações Anexas ao Alvará de Licença n.º 011/2013/CCDR – Alentejo



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Metal	5	Contentor	30 m ³
Mistura de resíduos a granel destinada à triagem	573	A granel	NA
Resíduos perigosos	0,2	Contentor	200 l

3. CONDIÇÕES A QUE FICA(M) SUBMETIDA(S) A(S) OPERAÇÃO(ÕES) DE GESTÃO DE RESÍDUOS, INCLUÍNDO AS PRECAUÇÕES A TOMAR EM MATÉRIA DE SEGURANÇA**3.1. CONDIÇÕES GERAIS**

- 3.1.1. Esta Licença é válida para o período anteriormente indicado, desde que não se verifiquem alterações ao projecto aprovado, não podendo ser transferida, a qualquer título, sem prévia anuência desta CCDR;
- 3.1.2. Esta CCDR poderá proceder à revisão das condições fixadas na Licença se, durante o prazo da sua vigência, ocorrerem alterações significativas das circunstâncias de facto existentes à data da sua emissão;
- 3.1.3. Qualquer alteração ao projecto sem prévia autorização por parte desta CCDR, origina a caducidade da presente Licença;
- 3.1.4. Esta Licença é concedida a título precário, sem prejuízo de direito de terceiros e com a condição expressa de que poderá ser revogada ou revistas as condições fixadas, sempre que razões de interesse público assim o exijam, sem que o titular tenha direito a qualquer indemnização;
- 3.1.5. A inobservância de qualquer das condições impostas, poderá implicar a perda de todos os direitos conferido por esta Licença;
- 3.1.6. O titular desta Licença deverá respeitar todas as leis e regulamentos aplicáveis e munir-se de quaisquer outras licenças exigíveis por outras entidades;
- 3.1.7. O objecto da Licença fica sujeito à fiscalização e inspecção de todas as autoridades com jurisdição sobre o local e actividade, obrigando-se o titular da Licença a facultar o livre acesso aos agentes dessas autoridades e a fornecer todas as informações necessárias ao desempenho das funções de inspecção e fiscalização;
- 3.1.8. Qualquer anomalia grave, ou acidente, no funcionamento da instalação, que influencia as condições em que foi atribuída a presente Licença, deve ser comunicada a esta CCDR, no prazo de 48 horas a contar da data da ocorrência, sob pena de caducidade da Licença;
- 3.1.9. Esta Licença caduca decorrido o prazo estipulado;
- 3.1.10. O titular desta Licença deve, no prazo de 120 dias antes do seu termo, solicitar a sua renovação, caso se mantenha interessado;
- 3.1.11. Os litígios que surjam relativamente a esta Licença serão resolvidos pelos tribunais Portugueses.

3.2. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

- 3.2.1. Cumprir os requisitos mínimos para instalações de triagem e de fragmentação de RCD constantes do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho;
 - 3.2.2. Efectuar as operações de carga e descarga dos resíduos inertes a processar, e dos resíduos posteriormente processados, de modo a evitar a dispersão de poeiras na envolvente, implementando medidas preventivas nesse sentido;
 - 3.2.3. Efectuar a armazenagem dos resíduos triados e rejeitados da fracção inerte de RCD em contentores, enquanto não são encaminhados para destino adequado;
 - 3.2.4. Implementar medidas de modo a reduzir a probabilidade de mistura de outros resíduos com a fracção inerte a recepcionar na unidade, incentivando a separação das diferentes fracções constituintes dos resíduos de construção e demolição, no local da sua produção;
 - 3.2.5. Encaminhar os resíduos geridos e produzidos para destino autorizado para o efeito. Todas as empresas/entidades receptoras de resíduos deverão constar do SILOGR – Sistema de Informação do Licenciamento de Operações de Gestão de Resíduos, constante do site oficial da Agência Portuguesa do Ambiente, em <www.apambiente.pt> ;
 - 3.2.6. Proceder à inscrição no Sistema Integrado de Registo Electrónico de Resíduos (SIRER), no prazo de um mês após o início da actividade ou do funcionamento da instalação, através da plataforma da Agência Portuguesa do Ambiente (SIRAPA), nos termos previstos nos artigos 48º, 49º, 49º-A e 49º-B do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, na nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho. O registo será efectuado no site oficial da Agência Portuguesa do Ambiente, em « www.apambiente.pt »;
 - 3.2.7. Preencher as guias de acompanhamento de resíduos (modelo n.º 1428 ou GARCD da INCM) quando estes são recebidos ou enviados para eliminação e/ou valorização fora da instalação, de acordo com a Portaria n.º 335/97, de 16 de Maio, e a Portaria n.º 417/2008, de 11 de Junho. A transferência de resíduos para fora do território nacional deverá ser efectuada em cumprimento da legislação em vigor em matéria de movimento transfronteiriço de resíduos, nomeadamente o Regulamento n.º 1013/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Junho de 2006, e o Decreto-Lei n.º 45/2008, de 11 de Março, que assegura a execução e garante o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes para o Estado Português do referido Regulamento;
 - 3.2.8. Dotar os locais de gestão de resíduos de mecanismos adequados de combate a incêndios;
 - 3.2.9. Cumprir o Regulamento Geral do Ruído, anexo ao Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro;
 - 3.2.10. Cumprir a legislação vigente relativa à Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.
- 4. IDENTIFICAÇÃO DO(S) TÉCNICO(S) RESPONSÁVEL(EIS) PELA(S) OPERAÇÃO(ÕES) DE GESTÃO DE RESÍDUOS:**
- Eng.ª Ana Cristina Freire da Silva, licenciada em Engenharia Biofísica
- 5. IDENTIFICAÇÃO DA(S) INSTALAÇÃO(ÕES) E OU EQUIPAMENTO(S) LICENCIADO(S) INCLUINDO OS REQUISITOS TÉCNICOS RELEVANTES:**
- 5.1. Designação da instalação:
 - Unidade de Valorização de Resíduos de Construção e Demolição



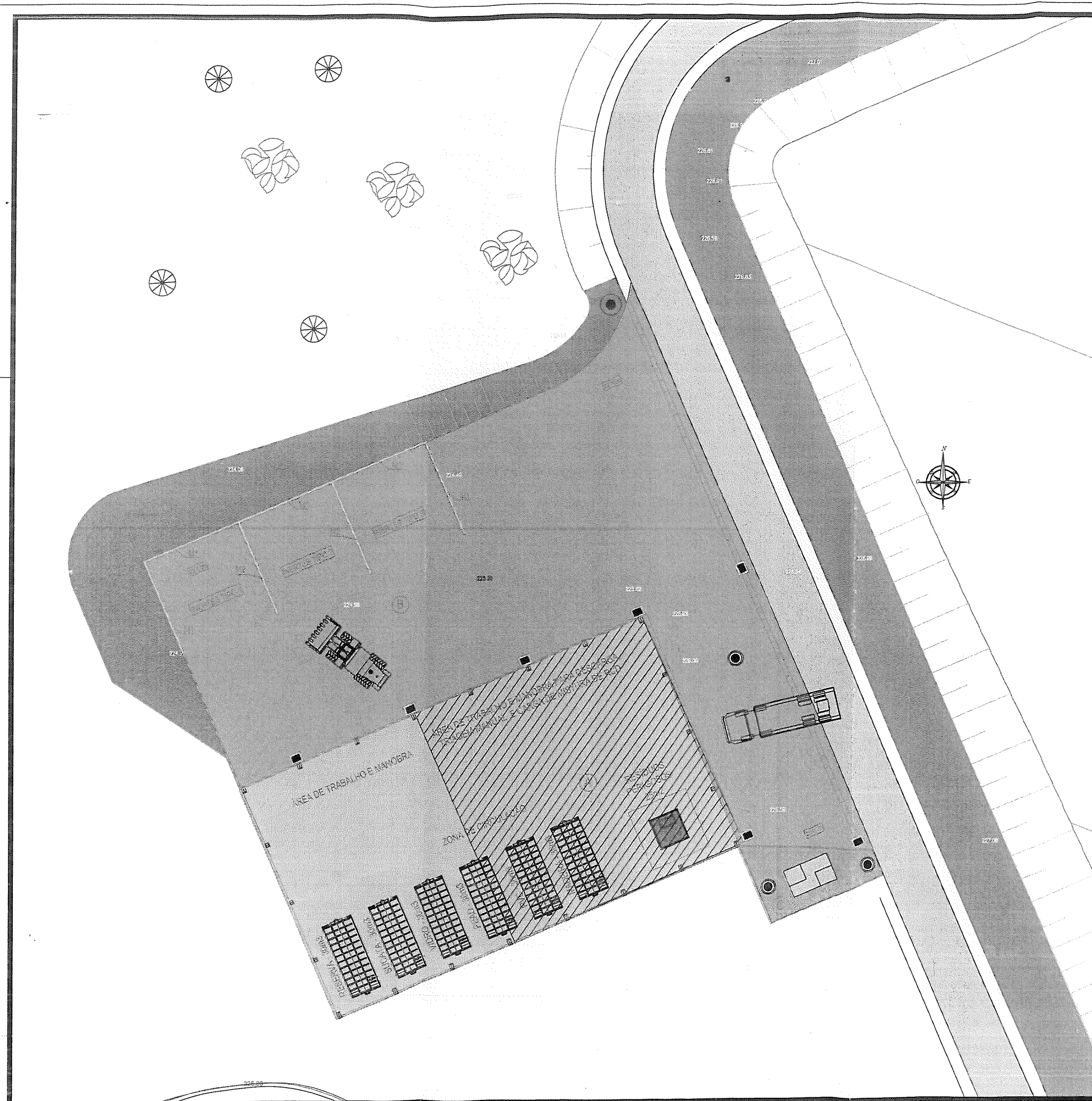
MINISTRO ADJUNTO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

5.2. Contactos:

- Telefone: 266 748 123
- Fax: 266 748 125
- e-mail: geral@gesamb.pt

Anexo: Planta da instalação.



LEGENDA	
UNIDADE DE TRIAGEM E FRAGMENTAÇÃO DE RCD:	
Ⓐ	- ZONA DE TRIAGEM COBERTA
Ⓑ	- ZONA DE ARMAZENAMENTO DE RCD (TRIADOS E FRAGMENTADOS)
Ⓒ	- SEPARADOR DE HIDROCARBONETOS
▨	ÁREA IMPERMEABILIZADA

Projectou	NOVEMBRO/2011	logo gesamb, Lda GESTÃO AMBIENTAL E DE RESÍDUOS, EM	PROJECTO DE EXECUÇÃO
Desenhou	NOVEMBRO/2011		
Copiou	NOVEMBRO/2011		
Verificou	NOVEMBRO/2011		
<div>PROJECTO DE INTERVENÇÃO CIVIL, Lda Rua M. Delfino R.S. Cordeiro, 10 B/C Ed. S&B, Lda - 2018 - 148 1200 Lda S&B, Lda - 2018 - 148 1200 Tel: 244-22 30 24 Fax: 244-22 30 24</div>		CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE RECEÇÃO, TRIAGEM E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (RCD) NA ÁREA DE INTERVENÇÃO DA GESAMB	DESENHO N° <div>D.1</div>
ESCALA:			
1:200			
ATERRO SANITÁRIO DE ÉVORA <u>PLANTA DE APRESENTAÇÃO DA INSTALAÇÃO</u>			
		SUBSTITUI:	
		SUBSTITUÍDO POR:	